

Mobilização garante ano positivo para os Auditores



Apesar do cansaço, as mobilizações garantiram aos Auditores-Fiscais da Receita Federal um ano de vitórias importantes. Depois de resistir aos intensos ataques da administração da SRF, que na verdade começaram em 1995, os Auditores terminaram o ano

na ofensiva, negociando com o governo eleito as reivindicações da categoria para o próximo ano e com pelo menos duas questões resolvidas: a paridade entre ativos e aposentados e o salário inicial da carreira. **Págs. 4 e 5.**

Editorial

Está chegando a hora. O “everardismo” vai embora junto com FHC, em 31 de dezembro, sem deixar saudades. **Pág. 2**

Tributo à Cidadania

Os contribuintes têm até o último dia útil do ano para direcionar parte do Imposto de Renda devido para programas de assistência à criança e ao adolescente. A doação dá direito à dedução. Veja como proceder. **Pág. 3**

Fórum Fisco entrega prêmios

O Concurso de Redação Tributação e Cidadania foi um sucesso, com mais de 200 inscritos. No final de novembro, o Fórum Fisco anunciou os vencedores. Veja na **pág. 7.**

Está chegando a hora

Estamos agora em dezembro. Falta pouco, muito pouco. Na administração que se encerra, o que importa é arrecadar. O objetivo é o imediato, ainda que comprometa o futuro. A gestão do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, serviu aos credores e rentistas. Everardo sempre buscou uma maneira rápida e inovadora de apresentar recordes de arrecadação, sempre úteis à manutenção do superávit primário, de forma a garantir o pagamento dos juros das dívidas.

Agora, em sua despedida, o secretário sentencia singelamente que as fontes secaram, que as receitas dos últimos anos não se repetirão e que não há mais o que fazer neste campo. “Usamos tudo que podíamos” — tem respondido o secretário.

Como administrador, Everardo Maciel mostrou-se contrário ao diálogo. Medidas Provisórias e Instruções Normativas foram usadas para uma gestão autocrática e solitária. O corpo funcional da Receita Federal foi gerenciado maquinalmente, subtraído de sua importância como formulador de políticas tributárias e achatado salarialmente.

Neste âmbito da Receita Federal, o partido do presidente eleito sempre foi crítico severo do “everardismo”, o que autoriza ao Unafisco Sindical esperar do próximo governo uma renovação completa de princípios e de procedimentos: reformas que restaurem os bons princípios tributários — justiça fiscal, redistribuição de renda, progressividade, impostos de qualidade — e democracia em sua formulação, envolvendo toda a sociedade na discussão sobre como financiar as políticas públicas e o próprio Estado, bem como os mecanismos de devolução dos impostos na forma de benefícios, principalmente para os que mais precisam.

Para os Auditores-Fiscais da Receita Federal, foram oito anos de resistência. Valeu a pena, porque agora as perspectivas são bem melhores. Quando janeiro chegar, mais do que um ano novo, teremos um passado muito velho, do qual não sentiremos a mínima saudade.

Espaço do Associado na Internet

O site do Unafisco Sindical no Rio de Janeiro agora também tem um espaço destinado a divulgar a opinião dos Auditores-Fiscais da Receita Federal sobre quaisquer assuntos que sejam de seu interesse. No Espaço do Associado, o associado pode escolher se quer enviar uma carta para o jornal Agente Fiscal ou se quer vê-la publicada no próprio site.

O Unafisco/RJ reserva-se o direito apenas de não disponibilizar as mensagens que divulguem conteúdos racistas, incitação à violência ou atentado ao pudor. As mensagens poderão ser comentadas ou não pelo moderador da lista. A primeira mensagem já está disponível e é sobre o reenquadramento da turma de 98. Está aí um assunto que pode render boas discussões. O Agente Fiscal também sugere que os Auditores-Fiscais comentem suas expectativas quanto ao futuro da Receita Federal no próximo governo. Melhorar?

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** — Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro Perez Alves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Quadratim/Impressão: Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 — salas 401/405 — Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Tributo à Cidadania

Prazo para as doações é 31 de dezembro

O Unafisco Sindical deve reforçar neste fim de ano a divulgação da campanha Tributo à Cidadania, que visa dar conhecimento aos contribuintes brasileiros da possibilidade de destinar um percentual do Imposto de Renda devido para os Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente. A doação é destinada aos Fundos administrados pelos Conselhos e por eles distribuída às entidades credenciadas para a realização de projetos sociais e educativos para crianças e adolescentes.

No dia 26 de novembro, a TV Globo lançou uma campanha pública pela maior utilização do incentivo fiscal, que também abrange a área de cultura. O Unafisco foi convidado a apoiar institucionalmente a campanha, em reconhecimento à campanha Tributo à Cidadania, desenvolvida pelo sindicato já há alguns anos. O site www.geraçãodepaz.com.br traz um artigo do Unafisco Nacional. Outras participações serão agendadas.

REGRAS PARA A DOAÇÃO SÃO SIMPLES

Para ter direito ao benefício como pessoa física, o associado deve fazer uma estimativa do Imposto de Renda devido no ano e calcular 6%, que é o limite para dedução — para pessoas jurídicas o limite é de 1%. No site do Unafisco é possível encontrar os endereços e telefones dos Conselhos respon-

sáveis pelas contas bancárias onde devem ser feitos os depósitos. De posse do recibo de depósito bancário, o contribuinte deverá dirigir-se ao Conselho para solicitar uma Declaração de Doação, que servirá para fazer prova junto à SRF da pertinência do abatimento no imposto devido. O site do Unafisco traz todas as informações de que o contribuinte precisa para tomar a sua decisão (www.unafisco-rj.org.br)

DOAÇÕES ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO

Para ter direito às deduções no próximo ano as doações devem ser feitas até o dia 31 deste mês de dezembro. O Unafisco considera importante que o instrumento seja potencializado. Muitos contribuintes costumam lançar dúvidas sobre o uso dos impostos que paga. Grande parte do Imposto de Renda tem sido usada para financiar, por exemplo, o pagamento de encargos das dívidas interna e externa. A vinculação é uma forma de garantir a destinação de parte do imposto e os Conselhos oferecem mecanismos relativamente seguros de controle social da aplicação dos recursos, visto que sua administração é paritária entre governo, entidades e a sociedade civil. Além disso, o fato de que os recursos reverterem em benefício de crianças em situação de risco vale o esforço para superar os entraves legais. Tudo vale a pena quando a criança ainda é pequena.

Informe jurídico

Ação Judicial DEFIC

Caminha na 9ª Vara Federal de Brasília o Mandado de Segurança que denuncia as ilegalidades da Portaria Copol nº 558/01. No primeiro despacho, examinando o pedido de liminar, o MM. Juízo assim dispôs: “Não resta dúvida que a narrativa constante da inicial registra fatos gravíssimos ocorridos no âmbito da Secretaria da Receita Federal, com a formação de grupos de servidores com objetivo de dominar a sua direção, colocando as demais em situação subalterna e sujeitos a movimentações a qualquer instante, sem critérios, situação que deve ser impedida através do presente mandado de segurança;”

O MM. Juiz, neste primeiro momento, deixou de conceder a liminar ante a divergência de teses quanto a questões processuais, isto sob o aspecto formal, entretanto estamos na expectativa que a Justiça irá restabelecer a correção quanto aos princípios que devem reger os critérios de lotação nos órgãos da Secretaria da Receita Federal.

Lei precisa ser aperfeiçoada

O Unafisco Sindical apóia o incentivo através do Imposto de Renda, mas reconhece algumas deficiências nas normas que regem a doação. Em primeiro lugar, o contribuinte tem que doar um valor que será restituído alguns meses depois, o que constitui, na prática, uma antecipação do imposto. Uma outra dificuldade é o fato de que a doação é feita antes do cálculo final do imposto devido, portanto calculado sobre uma estimativa. O que exceder o limite de dedução não será utilizado como abatimento.

A Secretaria da Receita Federal interpreta que o contribuinte que opta pelo modelo simplificado abre mão de outros benefícios fiscais em troca do descontopadrão de 20% e, portanto, veda a dedução das doações para os Conselhos, restringindo o universo de doadores aos contribuintes que optam pelo formulário completo. As pessoas jurídicas que apuram o Imposto de Renda com base no lucro pre-

sumido também não podem usufruir do incentivo.

Outro desconforto é que, conforme determina a lei, os Conselhos têm até junho para informar a Receita Federal as doações recebidas e podem fazê-lo em papel. Em decorrência disso, a Receita não tem tempo hábil de fazer os cruzamentos de informações dos usuários do incentivo fiscal (doador) e os dados informados pelos recebedores da doação (Conselhos). A consequência é que os doadores que usam o incentivo têm caído na malha fina.

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, no fim de novembro, o Projeto de Lei 1.300/99, de autoria da deputada Ângela Guadanin (PT-SP), que trata das doações em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA). Um dos projetos apensados ao da deputada paulista é o de nº 4.888, de au-

toria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que têm o apoio do Unafisco Sindical e de outras entidades ligadas à questão. O Unafisco tem trabalhado para facilitar os trâmites para a doação.

Dentre outras medidas, o sindicato defende que sejam validadas doações efetuadas até a véspera da entrega da Declaração do Imposto de Renda e que o boleto bancário sirva como documento comprobatório. O projeto também prevê que mesmo os contribuintes que usam o modelo simplificado possam deduzir as doações, assim como as empresas que preferem declarar o IR com base no lucro presumido. A antecipação do prazo para os Conselhos enviarem as informações para a Receita para maio, além de estabelecer obrigatoriedade do uso de meios magnéticos, também está prevista, eliminando o problema da malha fina. A matéria agora irá à Comissão de Constituição Justiça e Redação.

O ano da virada

Um historiador não se arriscaria a classificar tão precocemente o ano de 2002. Mas, em jornalismo, não se pode esperar muito tempo. E esta é, prolongue-se ou não, a sensação do momento. Já nos referimos suficientemente às eleições de outubro e o que podem representar para o futuro do país.

Mas 2002 também pode ser considerado o ano da virada na Receita Federal. Depois de sete anos se esquivando dos golpes desferidos pela atual administração, os Auditores-Fiscais começaram a virar o jogo e obtiveram vitórias importantes. A maior delas: o projeto do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, de transformar a Receita Federal em Autarquia não terá tempo para se consumir. Evidentemente, o fato conjuga-se com o fim próximo da Era FHC. Mas foi a nossa luta que impediu que o projeto estivesse pronto agora. Disputamos cada lance, ganhamos terreno e hoje podemos dizer: Everardo perdeu.

Logo no início do ano, o vice-líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, destratou toda a categoria durante um Conselho de Delegados Sindicais para o qual foi convidado. A atitude mexeu com os brios dos Auditores. De abril em diante, a resistência ao desmonte da Receita e o combate aos desmandos da administração foram se intensificando e culminaram com as paralisações entre abril e junho e, finalmente, com uma greve de 45 dias.

E foi uma greve diferente. A mobilização dos AFRF em Brasília foi algo inédito na história do serviço público e do Congresso Nacional. Por seguidas semanas, Auditores de todas as partes do Brasil — entre 700 e mil por semana — rumaram para a capital e, habilidosamente, conseguiram colocar na pauta as questões da reestruturação da carreira, que dormiam o sono profundo das MPs antigas.

Pouco a pouco, os Auditores conquistaram espaço político e acabaram por obrigar o governo a cometer uma das maiores violências que o executivo poderia cometer contra o parlamento: revogou uma MP que estava em plena votação. Deputados e senadores fizeram manifestações indignadas contra o governo.

A manobra do governo não logrou êxito. Chegado o mês de outubro, a MP 46/02 foi aprovada com duas fundamentais modifica-



AUDITORES-FISCAIS fizeram marcha em Brasília pelos seus direitos

Veja como ficou o quadro até o momento:

Reivindicação	Situação
1. Paridade entre ativos e aposentados	Contemplado
2. Recuperação do Salário Inicial de ingresso na Carreira	Contemplado
3. Transposição isonômica com os Auditores da Previdência e do Trabalho	Contemplado (MP 71/02)
4. Pagamento da GDAT sobre o maior vencimento da categoria	Parcialmente contemplado
5. Fim da avaliação individual de Desempenho	Negociação futura
6. Retorno ao Poder Legislativo da Prerrogativa de dispor sobre as Atribuições dos Auditores-Fiscais	Negociação futura

ções sugeridas pelo Unafisco: o retorno da paridade e a extinção da classe inicial da carreira. Ainda que, até hoje, o Governo FHC e o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, continuem editando Medidas Provisórias e Instruções Normativas em escala industrial, sua munição é de festim. Everardo debilitou, mas não liquidou a fiscalização aduaneira. Suas teses de arrecadação a qualquer custo, de impostos fáceis, de anistias pedagogicamente ofensivas, serão revistas em futuro próximo.

O Unafisco Sindical convida todos os Auditores para o engajamento na discussão da Reforma Tributária e da administração tribu-

tária já. O sindicato pretende promover o debate com a mesma dedicação com que organizou o Trabalho Parlamentar em Brasília. O objetivo é planejar um novo desenho para a Receita Federal, que contemple as expectativas funcionais de seus servidores, que estabeleça a justiça fiscal e que ajude o Brasil a superar suas dificuldades econômicas em nome do bem-estar da população.

Juntos, vamos mostrar aos governantes que se despedem o quanto perderam ao desprezar a capacidade de formulação dos Auditores para solucionar as questões tributárias do país. Parabéns a todos pelas vitórias e vamos em frente. Agora, somos nós.

Rio de Janeiro teve participação expressiva

Os Auditores-Fiscais do Rio de Janeiro tiveram expressiva participação nas mobilizações ao longo do ano. A DS/RJ sempre foi a Delegacia com maior participação nas Caravanas a Brasília, chegando a levar mais de 100 AFRF para o Congresso Nacional. Parlamentares fluminenses, contactados pelos AFRF do Rio, tiveram participação decisiva, com destaque para o Deputado Miro Teixeira (PDT), para Roberto Jeferson (PTB) e Laura Carneiro (PFL), que sempre estiveram à frente das decisões que produziram um desfecho positivo para a categoria.

A greve em nosso estado também foi muito bem sucedida, principalmente nos plantões fiscais e nas aduanas, onde colegas seguraram uma pressão muito grande para manter o movimento. Com tudo isso, ainda partiram do Rio de Janeiro grupos de mobilização para Santana do Livramento, Foz do Iguaçu, São Paulo, Santos, Viracopos, Cumbica, Niterói e Manaus, quando o movimento nestas localidades precisava de reforço.

“Em Brasília, nós trabalhávamos 12 horas, às vezes 14 horas por dia, porque a saída para o Congresso era bem cedo, por volta das 9:00h, e as reuniões de avaliação terminavam muitas vezes depois da meia-noite. Ainda assim, muitos colegas saíam direto do Aeroporto para as assembleias para relatar os acontecimentos da semana. Ouvi relatos emocionados, de pessoas que passaram a conhecer de perto como são decididos os rumos do nosso país e que se sentiram responsáveis por mudar um pouquinho a história da Receita” — resume Alexandre Teixeira, presidente do Unafisco no Rio de Janeiro.

AUDITORES VENCERAM A BATALHA PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA

No dia 26 de junho de 2002, o Governo Federal editou a Medida Provisória 46/02, evitando com isso que o Congresso Nacional aprovasse o PLV 15/02, fruto do relatório do deputado federal Roberto Pessoa (PFL/CE), onde estavam contempladas todas as reivindicações dos Auditores. A manobra, um gesto desesperado do governo, foi muito mal recebida na Câmara e no Senado. A esta altura, o Trabalho Parlamentar desenvolvido pelos Auditores já atingia todos os partidos políticos. À exceção do PSDB, todos os demais conheciam profundamente o assunto e queriam a aprovação do PLV. A MP 46 trouxe avanços pífios para a categoria, porém o mais importante é que a nova MP obedeceria a um novo rito de tramitação, agora regido pela Emenda Constitucional 32. Enquanto a MP 2.175/99 vigoraria indefinidamente enquanto não fosse votada, a MP 46/02 perderia eficácia em 120 dias neste mesmo caso.

Apesar do assunto não ter se encerrado naquela ocasião, foi uma grande vitória ter resgatado do limbo das MPs antigas a MP 2.175/99. Além disso, com o Congresso Nacional francamente favorável aos Auditores, a vitória definitiva era uma questão de tempo.

No dia 12 de novembro, no Senado, a derrota do governo consumou-se, ainda que nem todas as reivindicações contidas no PLV 15 tenham sido contempladas. O Trabalho Parlamentar dos Auditores voltou a funcionar e um acordo no Congresso Nacional aprovou nova redação para a MP 46 com duas das principais reivindicações da categoria atendidas: a paridade entre ativos e aposentados e a recuperação do salário inicial de ingresso na carreira.

Foi um intenso trabalho de negociação, já com o novo governo eleito, que precisava acelerar as votações e limpar a pauta da Câmara para votar outras medidas. A MP da reestruturação da carreira dos auditores foi a única aprovada com modificações. Todas as demais mantiveram o texto original ou foram rejeitadas. A exceção sinalizou o respeito que os Auditores auferiram no Congresso Nacional e deve refletir-se nas negociações futuras.

Com o novo governo eleito, ficou acertado

que serão discutidas logo no próximo ano os itens que não foram incluídos na nova redação da MP: o fim da avaliação individual, a prerrogativa de dispor das atribuições e o que faltou da GDAT. Neste último item, o pagamento da GDAT pelo maior vencimento da categoria, a MP contemplou a parte institucional, faltando ainda a parte da GDAT individual. Outra reivindicação importante, a transposição isonômica com os Auditores da Previdência e do Trabalho, está contemplada na MP 71/02, que ainda está sendo negociada na Câmara dos Deputados.

Na época, surgiram muitas dúvidas sobre o significado da edição da MP 46/02. Agora está provado que a avaliação do Unafisco estava correta. O novo texto da lei ainda não foi sancionado pelo presidente e ainda há o risco de um veto, mas esta possibilidade é improvável. O mais certo é que ela seja promulgada no Congresso Nacional ainda este ano.

Esta foi uma vitória construída politicamente ao longo de todo este ano. A defesa dos interesses da Receita Federal e de seu corpo funcional é uma necessidade permanente. Mas a forma de encaminhar as lutas muda muito depois de 2002. A categoria amadureceu e soube dosar pressão e paciência, crítica e proposição, arrancando declarações admiradas inclusive dos adversários. Além dos resultados imediatos, inegáveis, estas vitórias permitem divagar serenamente sobre as próximas conquistas, porque foram instituintes, porque fincaram raízes para o crescimento que imaginamos para a Receita Federal: rumo à justiça!

Protesto gerou dividendos

Em setembro, Clecy Maria Busato Lionço e Jorge Rashid, ambos secretários-adjuntos da Receita Federal, vieram ao Rio de Janeiro para defender a edição da MP 46/02, que àquela altura já contaminava o ambiente da Receita pela insatisfação gerada.

Já na porta da garagem, os secretários encontraram os Auditores com os cartazes “Não à MP 46/02”. No elevador, nos corredores, na porta das salas, a cena se repetiu. O protesto foi o ápice de um trabalho cuidadoso. Antes daquele dia, a Comissão de Mobilização reuniu-se com todos os administradores do Rio de Janeiro para explicar porque os Auditores não estavam satisfeitos com a MP. As reuniões e o protesto reforçaram uma divisão de opiniões que já existia na administração. Ali, a alta cúpula começou a perceber que mesmo na sua base de sustentação muitos não concordavam com a MP.

O protesto, que parecia uma atividade menor, diante das grandes mobilizações do



primeiro semestre, acabou por revelar-se eficaz. Foi uma demonstração inequívoca do clima gerado pela edição da MP. Somado às reuniões, ajudou a virar o jogo junto aos administradores, o que contribuiu muito para que, mais tarde, a transposição isonômica fosse contemplada na MP 71, inclusive com o Secretário tentando capitalizar a questão, como se dele fosse a vitória. Daqui em diante, os protestos dos Auditores devem contar com muito mais participantes.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL/RJ
PERÍODO DE 01/09/2002 ATÉ 30/09/2002
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	525.807,05	464.846,26	464.594,09	526.059,22
ATIVO CIRCULANTE	169.533,32	459.938,26	464.594,09	164.877,49
DISPONIVEL	93.804,23	417.340,30	409.347,40	101.797,13
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCOS C/ MOVIMENTOS	11.547,77	344.339,24	346.487,40	9.399,61
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	84.899,15	68.358,37	62.000,00	91.257,52
CHEQUES EM TRANSITO	(4.642,69)	4.642,69	860,00	(860,00)
DIREITOS REALIZÁVEIS	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
EMPRESTIMOS P/ DEL. SINDICAIS	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
ANTECIPAÇÕES	25.729,09	42.597,96	5.246,69	63.080,36
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	670,00	400,00	670,00	400,00
ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS	2.576,69	0,00	2.576,69	0,00
ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO	11.275,00	0,00	0,00	11.275,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	11.207,40	42.197,96	2.000,00	51.405,36
ATIVO PERMANENTE	356.273,73	4.908,00	0,00	361.181,73
IMOBILIZADO	356.273,73	4.908,00	0,00	361.181,73
IMOBILIZADO	356.273,73	4.908,00	0,00	361.181,73
PASSIVO	477.120,70	155.153,63	158.780,80	480.747,87
PASSIVO CIRCULANTE	4.912,49	155.153,63	158.780,80	8.539,66
CONTAS A PAGAR	0,00	1.320,00	4.400,00	3.080,00
CONTAS A PAGAR	0,00	1.320,00	4.400,00	3.080,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.071,52	30.409,77	31.114,21	1.775,96
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.071,52	30.409,77	31.114,21	1.775,96
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.840,97	123.423,86	123.266,59	3.683,70
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.840,97	123.423,86	123.266,59	3.683,70
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
SUPERÁVIT	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
DESPESAS	712.482,31	99.662,29	1.196,51	810.948,09
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	702.076,35	97.892,25	1.196,51	798.772,09
EVENTOS	82.192,36	11.114,74	728,11	92.578,99
CDS	1.532,19	0,00	0,00	1.532,19
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL	42.878,35	728,11	728,11	42.878,35
OUTROS EVENTOS	37.781,82	10.686,63	0,00	48.168,45
DESPESAS DEPTO JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	42.456,11	5.107,96	0,00	47.564,07
DESPESAS GERAIS – JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	42.456,11	5.107,96	0,00	47.564,07
DESPESAS DO DEPTO. JURÍDICO	69.850,14	15.257,16	0,00	85.107,30
DESPESAS SOCIAIS – JURÍDICO	69.471,24	14.082,36	0,00	83.853,60
DESPESAS GERAIS – JURÍDICO	378,90	874,80	0,00	1.253,70
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	492.218,05	65.687,89	468,40	557.437,54
DESPESAS SOCIAIS – ADMINISTRAÇÃO	332.937,97	44.575,55	468,40	377.045,12
DESPESAS GERAIS – ADMINISTRAÇÃO	159.280,08	21.112,34	0,00	180.392,42
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	6.928,50	724,50	0,00	7.653,00
DESPESAS GERAIS – CONTABILIDADE	6.928,50	724,50	0,00	7.653,00
DOAÇÕES	8.431,19	0,00	0,00	8.431,19
DOAÇÕES DIVERSAS	8.431,19	0,00	0,00	8.431,19
DESPESAS FINANCEIRAS	10.405,96	1.459,12	0,00	11.674,29
DESPESAS FINANCEIRAS	10.215,17	1.459,12	0,00	11.674,29
DESPESAS FINANCEIRAS	10.215,17	1.459,12	0,00	11.674,29
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,79	310,92	0,00	501,71
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,79	310,92	0,00	501,71
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	190,79	310,92	0,00	501,71
RECEITAS	761.168,66	9.627,01	104.717,79	856.259,44
RECEITAS DE ATIV. DOS ESTATUTOS SOCIAIS	767.638,46	34,41	91.990,62	859.594,67
RECEITAS DE ASSOCIADOS	721.164,30	31,41	87.101,78	808.231,67
RECEITAS FINANCEIRAS	7.836,51	0,00	742,86	8.579,37
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	38.637,65	0,00	4.145,98	42.783,63
RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS	49.867,98	0,00	12.727,17	62.595,15
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	49.867,98	0,00	12.727,17	62.595,15
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(56.337,78)	9.592,60	0,00	(65.930,38)
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(56.337,78)	9.592,60	0,00	(65.930,38)

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 – SUPERÁVIT ACUMULADO: a conta apresenta no período um saldo de R\$ 45.311,35;
- 2 – ADIANTAMENTO A TERCEIROS: refere-se ao reembolso efetuado pela Delegacia Sindical/RJ aos associados que tiveram corte de ponto. A ser ressarcido pela DEN;
- 3 – (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS: o saldo do grupo refere-se ao valor consignado em folha de pagamento dos AFRF contribuintes da Campanha UNAFISCO COMBATE À FOME e repassado ao Projeto Estrelas do Amanhã.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

**Rádio Bandeirantes
1360 AM**

**De segunda a sexta,
das 07:30 às 09:00h**

**Política, economia,
notícias do dia e muito mais.**

**Às segundas-feiras
com a participação
do Unafisco Sindical/RJ**

Delegacia Sindical no Rio monta grupo de trabalho sobre Plano de Carreira

A Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro (DS/RJ) está montando um grupo de trabalho para discutir e propor aperfeiçoamentos à proposta de um Plano de Carreira para os Auditores-Fiscais da Receita Federal (AFRF). O ponto de partida será o projeto apresentado pelo grupo de trabalho do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), do qual participou o AFRF João Abreu, aqui do Rio de Janeiro. O trabalho foi inclusive apresen-

tado pelo Auditor como tese no CONAF de Belo Horizonte.

Um dos pontos polêmicos da proposta será certamente a definição de atribuições com outras carreiras da Receita Federal, que vêm reivindicando a responsabilidade por atribuições que são por lei prerrogativas dos Auditores. Os interessados devem procurar o sindicato e informar-se sobre o funcionamento do grupo.

Fórum Fisco premia vencedores do Concurso Tributação e Cidadania

O Fórum Fisco anunciou, no dia 25 de novembro, os vencedores do 1º Concurso de Redação Sobre Tributação e Cidadania. Integrante do Fórum, o Unafisco Sindical/RJ é um dos organizadores do concurso. A cerimônia de premiação foi assistida por cerca de 150 pessoas e também marcou o lançamento da segunda edição do concurso, a ser promovida em 2003. Nesta edição foram inscritos 220 trabalhos.

Além dos candidatos contemplados, diversos concorrentes, professores e dirigentes de várias escolas e universidades da capital e de outros municípios, compareceram ao auditório da ESAF (Escola de Administração Fazendária) na expectativa de conquistarem um dos prêmios oferecidos aos melhores 10 qualificados em cada categoria: nível médio ou ensino superior.

Na mesa estiveram: Lúcia Figueiredo, coordenadora do Grupo de Educação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, representando o secretário de Estado de Fazenda; a professora Edwiges Rosália Ferreira, coordenadora de Projetos Especiais, representando o secretário de Estado de Educação; o professor Claudio Cezar Henriques, coordenador do Mestrado em Língua Portuguesa da UERJ; além de dirigentes de todas as entidades do Fórum Fisco.

Todos destacaram a importância da disseminação da Educação Fiscal, através de iniciativas como oficinas práticas, da realização de palestras sobre a importância dos tributos e com a promoção deste concurso, o primeiro a ser promovido sobre o tema no estado e apoiado por todas as entidades representativas do Fisco. Na qualidade de presidente da banca examinadora que avaliou o uso da língua portuguesa, o professor Cláudio Henriques destacou o bom nível dos trabalhos sob este aspecto. O outro critério empregado no julgamento foi o conteúdo e este foi considerado muito bom, pois além da dissertação verificou-se que muitos dos trabalhos tinham conteúdo propositivo.

Os vencedores demonstraram surpresa e emoção ao se verem entre os premiados. Cada ganhador recebeu um certificado alusivo à conquista e o cheque no valor referente ao prêmio oferecido. Ao final do evento um coquetel foi oferecido aos convidados.

Veja a relação dos vencedores:

VENCEDORES DA CATEGORIA "ENSINO MÉDIO"

- 1º - Natália Terças Marques, de Teresópolis (Colégio Geoge March)
Prêmio: R\$ 2.000,00
2º - Otávio Mansur Motta, de Niterói (Colégio São Vicente de Paulo)
Prêmio: R\$ 1.500,00
3º - Lília Marques da Cunha, do Rio de Janeiro (Colégio de Aplicação da UERJ)
Prêmio: R\$ 500,00
4º - Rafaela de Castro Andrade, do Rio de Janeiro (Colégio Pedro II)
Prêmio: R\$ 500,00
5º - Simone Evangelista Cunha, do Rio de Janeiro (Escola Técnica Estadual República)
Prêmio: R\$ 500,00
6º - Bruna Melhoranese Gouveia, de Nova Friburgo (Colégio Anchieta)
Prêmio: R\$ 400,00
7º - Leonardo Martins Barbosa, do Rio de Janeiro (Colégio Santa Marcelina)
Prêmio: R\$ 400,00
8º - Alberto de Oliveira Caldas, de Nova Iguaçu (Escola Técnica Estadual João Luiz do Nascimento)
Prêmio: R\$ 400,00
9º - Clarice Lina Trevas Auto, do Rio de Janeiro (Colégio Santa Marcelina)
Prêmio: R\$ 400,00
10º - Vitor Dias Kappel, de Nova Friburgo (Colégio Nossa Senhora das Mercês)
Prêmio: R\$ 400,00

VENCEDORES DA CATEGORIA "UNIVERSITÁRIOS"

- 1º - Nivaldo Gregório da Silva, do Rio de Janeiro (UniCarioca)
Prêmio: R\$ 2.000,00
2º - Luis Fernando Marques Lobianco, do Rio de Janeiro (UFRJ)
Prêmio: R\$ 1.500,00
3º - Silvia Cristina Guimarães Ladeira, do Rio de Janeiro (UERJ)
Prêmio: R\$ 500,00
4º - Tatiana dos Santos Ribeiro, do Rio de Janeiro (UERJ)
Prêmio: R\$ 500,00

Notícias do amanhã

Um Natal para as crianças

A DS/RJ montou em sua sede um cantinho de Papai Noel para receber presentes dos associados para as crianças do *Estrelas do Amanhã*. Podem ser livros, roupas ou brinquedos, presentes bem típicos desta época do ano, visto que o objetivo não é angariar donativos, mas sim propiciar um Natal mais feliz para as crianças. A campanha vai até o dia 13, quando haverá a distribuição. Por mais simples que seja, uma lembrança na noite de Natal revigora o espírito e renova as esperança para o futuro. Participe!

Festa será no dia 13 de dezembro

Todo ano a equipe do *Estrelas do Amanhã* faz uma pequena festa de Natal. Este ano será no dia 13 de dezembro, entre 14 e 17 horas, e terá como uma das atrações a apresentação do Coral de Vozes das Crianças. Os associados que pretendam participar da festa devem entrar em contato com Jorge, no sindicato.

- 5º - Alessandra Freitas Fernandes dos Santos, de Niterói (Universidade Salgado de Oliveira)
Prêmio: R\$ 500,00
6º - Felipe Barbosa da Fonseca e Albuquerque, de Niterói (Fundação Getúlio Vargas)
Prêmio: R\$ 400,00
7º - Marcos Heleno Couto, do Rio de Janeiro (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Silva e Souza)
Prêmio: R\$ 400,00
8º - Ana Beatriz Pires e Albuquerque Ardisson, do Rio de Janeiro (PUC)
Prêmio: R\$ 400,00
9º - Jonhson Braz da Silva, do Rio de Janeiro (UFF)
Prêmio: R\$ 400,00
10º - José Agostinho de Barros, do Rio de Janeiro (UFRRJ – Universidade Rural)
Prêmio: R\$ 400,00

Colaborou Roberto Silveira, jornalista do Sinfrejr

Um sopro de renovação

As eleições de outubro, que levaram para a presidência o maior partido de oposição, trouxeram com este resultado uma expectativa de renovação que não se restringe às grandes decisões de governo. O Unafisco/RJ aguarda a divulgação das diretrizes políticas para a Receita Federal nos próximos quatro anos para estimar de que grau de mudança estamos tratando. Espera-se que sejam profundas, desde a revogação de atos administrativos considerados lesivos à fiscalização até o estabelecimento de novos critérios no relacionamento com os funcionários da Receita.

Aqui na 7ª Região Fiscal, em que pese as

relações cordiais entre a administração e o sindicato, é primordial que os próximos gestores encontrem meios de recuperar a autoestima dos funcionários e motivá-los para enfrentar a reconstrução das aduanas e da estrutura de fiscalização, debilitada pela gestão de Everardo Maciel. Esta recarga consumirá boa parte das energias do próximo governo, que terá de rever critérios de avaliação, políticas de remuneração, lotação de Auditores-Fiscais e, o quanto antes, a realização de concursos públicos que coloquem a Receita Federal à altura da missão de administrar o fisco em um país das dimensões do Brasil.

As alterações negociadas entre o Unafisco Sindical e os parlamentares petistas na Medida Provisória 46/02 foram um excelente começo. Deputados como Walter Pinheiro e João Paulo Cunha já manifestaram seguidas vezes que os servidores da SRF e do Banco Central terão papel fundamental no governo Lula. Torcemos para que esta política de diálogo ganhe capilaridade e contamine desde o futuro Secretário da Receita Federal até algumas chefias mais imediatas, que se colocaram contra a categoria nos períodos de greve e se deixaram influenciar pelo estilo despótico de Everardo Maciel.

Espaço do associado

E agora José? E agora Você?

2002, centenário de Carlos Drumond de Andrade. Tão pouco tempo tivemos para poesia!

Iniciamos o ano afirmando no Fórum Social Mundial que “Um outro mundo é possível”, mais justo e mais solidário. Foi um ano de luta, de resistência, de inovação a cada volta do caminho. A união foi a grande força que tudo superou. Fizemos nossa parte para a vitória da esperança sobre o medo. Chegamos agora ao final do ano com a certeza de que tornamos possível um novo Brasil.

Do trabalho e da luta nasceram os sentimentos de alegria e esperança que marcam este mês de dezembro. Do conhecimento da realidade vem este sentimento que nos faz prender a respiração e perguntar com o poeta: **e agora?**

É desta perspectiva que retomo o tema VIII CONAF- “Justiça Tributária Ainda que Tardia”, para refletir sobre o quadro da América Latina, do Brasil e da Receita Federal que foi sendo desenhado ao longo dos sucessivos painéis. **César Benjamim** apresentou a **AL** mergulhada em tremenda crise, **a caminho de uma colonização tardia**. Dércio Munoz falou da massa salarial em queda, dos juros altos, das exportações travadas pelo câmbio flutuante, da dívida que se realimenta. **Fiori** partiu das notícias de jornais para constatar que os fatos indicam a desconstrução das relações sociais as mais elementares: **O Brasil está fragmentado. Plínio de Arruda Sampaio** concluiu que a **crise não foi improvisada**, decorre da racionalidade interna do modelo de nação implantado. Os AFRFs Clair, Nori e Dão mostraram a ordem tributária injusta decorrente deste modelo, que penaliza o trabalho e privilegia a especulação, o desmonte da Receita Federal, a aduana fra-

gilizada, as atribuições dos AFRFs ameaçadas, a GDAT como instrumento de coação.

“MAS VOCE NÃO MORRE — VOCE É DURO JOSÉ”

No próprio CONAF começamos a encontrar as respostas: Frei Cláudio comentarista de um dos painéis, falou de um Brasil que poucos conhecem, que acontece em silêncio, movido pelo povo trabalhador, criativo e paciente. Citou Tristão de Athayde para dizer que “a lei da História é a lei do improvável”. César Benjamim afirmou que **só o Brasil tem condições de dar o impulso necessário à mudança de rumo que livrará o continente da nova colonização, “percebo que os grandes saltos que nós demos foram em situações de crise”**. Plínio de Arruda Sampaio fala na criatividade do brasileiro, nos movimentos sociais, na reconstrução nacional a partir do que foi preservado: **“criaram a mentalidade Miami mas não conseguiram impedir que muitas pessoas conservassem o sentimento de pátria, a capacidade de mobilização”**. Ricardo Berzoini, representante do PT no último painel, propôs a retomada do trabalho como elemento fundamental do desenvolvimento, e da reforma tributária como importante instrumento. Algumas categorias resistiram e preservaram instituições a partir das quais será possível reerguer o estado nacional brasileiro, entre estas a Receita Federal. Eugênio Gonçalves da DS BH chamou a categoria a tomar consciência da importância de seu papel no processo de mudança do modelo de exclusão e de marginalização e da responsabilidade que temos no esclarecimento da sociedade quanto à realidade tributária, e à forma como ela interfere na vida de todos. “Os AFRF querem ajudar a

reconstruir o Brasil com uma tributação voltada para a construção da cidadania- com justiça fiscal. Vamos começar na nossa própria casa, construindo uma Receita para o Brasil.” “Chega de confisco, chega de contrabando e chega de ser mero espectador. O Auditor Fiscal não quer mais ficar na arquibancada, quer entrar em campo e jogar, para mudar a cara do Brasil.” Assim, Clair Hickmann encerrou a apresentação das propostas do Unafisco.

Final de ano é tempo de reflexão e expectativa. Seja neste 2002 tempo de fortalecermos nossos princípios enraizados no bem comum e na solidariedade, tempo da esperança despertar as reservas adormecidas de energia. Seja 2003 mais um ano de mobilização, de luta e de trabalho, mas que seja agora na certeza de estar plantando o futuro, na alegria de estar construindo um novo Brasil. Seja este ano o tempo de reafirmar nossa identidade e nossa responsabilidade, como servidores e como categoria. Seja este um ano realmente novo.

É ainda Drumond quem indica o caminho.

Para ganhar um Ano Novo que mereça este nome, você, meu caro, tem que merecê-lo, tem que fazê-lo de novo.

Eu sei que não é fácil. Mas tente, experimente, consciente. É dentro de você que o Ano Novo cochila e espera desde sempre.

Vera Teresa, AFRF – DEFIC-RJO
Fiscalização Rio